

## Um tratado de armaria antigo em português

Augusto Ferreira do Amaral \*

1 – O presente opúsculo é a minha modesta participação na homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno.

Tem o ilustre historiador contribuído notavelmente para o conhecimento de uma época relevante da história de Portugal – a de D. Afonso V.

Ora, eu creio que o esplendor do séc. XVI português não foi fruto dum acaso, nem se deveu unicamente ao trabalho preparatório de D. João II – ao contrário do que pretendem os panegiristas do chamado “Príncipe Perfeito”. Foi sobretudo resultado dum período especialmente fecundo no desenvolvimento português, que recebeu relevante influxo da visão e do alto nível cultural da família real de Avis, incluindo o notável rei “Africano”.

Por isso, estudar com atenção e sem preconceitos o Portugal de meados do séc. XV, como tão doutamente tem feito Baquero Moreno, é encontrar as próximas raízes do êxito quinhentista português.

2 – Foi fraca a nossa produção cultural anterior ao séc. XVI. Pouco se dava por ela, salvo os *Sermões* de Santo António e as divulgadíssimas *Sumas Logicales* de Pedro Hispano.

Fizera-se, é certo, poesia, ficção, crónica e, até, muito inovadoramente, genealogia. Mas era escassa a prosa teorizante.

Se se exceptuar a produção da família real, até fim do séc. XV contam-se pelos dedos duma mão as obras de teorização exteriores à teologia que fizessem uso de alguma abstracção, de sistematização e ordenamento dos conhecimentos. No próprio direito, a doutrina aplicada não era nacional, mas sim italiana e castelhana (sobretudo Bártolo, Acúrsio, Jácome Ruiz, Afonso X o Sábio)<sup>1</sup>.

Portugal, periférico em relação aos centros europeus, não mostrava capacidade para acompanhar a pujança cultural da própria Castela. Como disse Hernâni Cidade, «ao iniciar-se o século de Quinhentos, como por toda a Idade-Média, a cultura portuguesa é inferior à cultura castelhana»<sup>2</sup>.

Contudo, apesar de assim ter sido até o séc. XVI, não pode negar-se que um esforço estivesse a ser feito na centúria anterior para actualização e diversificação da cultura profana do País, a qual fermentou então.

Muito das bases do que veio a ser o florescimento cultural do Portugal de quinhentos ficou sendo devido a D. Afonso V.

Ele próprio um intelectual, muito ilustrado, eloquente e bom escritor, procurou chamar e incentivar intelectuais e bem assim desenvolver a música. «Tinha a paixão dos livros, estimava as sciencias e as artes e comprazia-se no convívio e correspondencia dos eruditos do seu tempo, a quem incitava nos seus trabalhos, galardoando-os merecidamente»<sup>3</sup>.

---

\* Sócio correspondente da Academia Portuguesa da História.

<sup>1</sup> Nuno Espinosa Gomes da Silva. *História do Direito Português*, pp. 158-159, Martim de Albuquerque, *Estudos de Cultura Portuguesa*, 10 vol. 1984, p. 47, 2º vol., 2000, pp. 58 e 137, Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, p. 231.

<sup>2</sup> *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 1º vol., p. 106.

<sup>3</sup> Sousa Viterbo, “A cultura intellectual de D. Afonso V”, p. 254.

3 – A “armaria”, mais tarde designada, “ciência heróica”, pode ser definida como a teoria e a gramática da heráldica. Nela versavam-se, não apenas as normas, jurídicas ou meramente estéticas, que regiam a heráldica, mas também se buscavam os fundamentos e a construção sistemática desta.

Diferentemente da pura arte heráldica e da simples catalogação dos signos heráldicos que cabiam a pessoas, famílias, nomes, dignidades e comunidades, feita por meio dos armoriais, vários autores medievais começaram a abordar a matéria segundo um prisma sistemático, procurando ordenar e compreender melhor uma realidade social e artística – a heráldica – que despontara pouco tempo antes por impulsos sobretudo pragmáticos, apontada a necessidades directas e indirectas da omnipresente actividade bélica.

Tal trabalho teve lenta preparação. Tendo a heráldica surgido no séc. XII, conhece-se um tratado de armaria datado do início do séc. XIV, isto é, cerca de um século e meio depois. E um já sólido ensaio de sistematização e juridicização da heráldica, levado a cabo pelo grande jurisconsulto Bártolo de Sassoferrato, data de meados do séc. XIV.

A armaria, se por ela significarmos a ciência da heráldica, foi-se integrando no universo do saber. Não era, como hoje, um ramo quase ignorado pela sabedoria oficial, situado na periferia da história.

Os autores que a versavam não eram simples práticos nem especialistas isolados. Pelo contrário, destacados tratadistas europeus medievais de outros ramos do conhecimento incluíram a armaria entre os temas que versavam.

E emparelhavam-na com outros ramos do conhecimento. Se atentarmos nos tratados de armaria conhecidos, verificamos que eles apareciam misturados com obras que versavam o direito, a política, a arte militar e, nalguns casos, a alquimia.

Ao direito aparece associada a heráldica logo num autor tão marcante como o já citado Bártolo, a propósito de duas questões essenciais: quem podia usar armas e como deviam elas ordenar-se.

Quanto à política, que foi tratada preferentemente na baixa Idade Média europeia em mistura com a cavalaria e a ética<sup>4</sup>, do que são exemplos Aegidius de Columna (Egídio Romano), Ramon Llull e Christine de Pizan, andava também em promiscuidade com a armaria, associada à teoria da nobreza<sup>5</sup>, como foi o caso dum Johannes Roth, dum Ghillebert de Lannoy<sup>6</sup>, dum Diego de Valera e dum Fernand Mexía.

Também a teoria e a técnica da guerra foram objecto de escritos importantes tardo-medievais. Mas também a eles apareciam comumente associadas considerações de armaria. O que não espanta, por isso que a heráldica nasceu basicamente da actividade bélica medieval e, antes de ser um sistema semiótico da posição social, o terá sido do ordenamento das hostes em campanha. Aponte-se como paradigmático o francês Honoré Bonet, autor da célebre *Arbre des Batailles*.

Por fim a associação à alquimia.

A alquimia era então um ramo do conhecimento que se pretendia científico, ainda distante da excentricidade que viria a evidenciar na Idade Moderna. Passou a figurar nas enciclopédias, pela via de filósofos como Gundisalvo, em inícios do séc. XII<sup>7</sup>, Hugo de S. Vítor, ainda na primeira metade desse século e, depois dele, Ricardo de S. Vítor e Vincent de Beauvais. Eles incluíam a alquimia entre as artes mecânicas<sup>8</sup>. O próprio S. Tomás de Aquino a reconhecia, mas subalternizava-a em relação aos planos teóricos superiores, por considerá-la incapaz de conhecer o porquê das coisas.

<sup>4</sup> Jesús D. Rodríguez Velasco, *El Debate sobre la Caballería...* etc, p. 411.

<sup>5</sup> Jesús D. Rodríguez Velasco, ob. cit., p. 31, e Malcom Vale, *War and Chivalry*, p. 15.

<sup>6</sup> Maurice Keen. *Chivalry*, Yale University Press, 3rd. printing, 1987, pp. 15 e 143.

<sup>7</sup> Guillermo Fraile, *Historia de la Filosofía*, p. 113.

<sup>8</sup> Jean-Marc Mandosio, “L’alchimie...” etc. pp. 12-14.

Diferentemente, Roger Bacon, na segunda metade do séc. XIII e outros anglo-saxónicos, dirigiram a alquimia para uma fundamentação sobretudo empírica.

A associação da armaria à alquimia não constituía pois, então, um desvio para o mágico ou iniciático, mas a sua aproximação ao conhecimento objectivo.

4 – Quer dizer, na perspectiva dominante sobre o saber, a armaria, do mesmo passo que se integrava nas ciências sociais, ligava-se a uma proto-ciência da natureza.

Por um lado o seu prisma era axiológico, orientado para a definição de um dever-ser. Seria, a essa luz, em terminologia actual, uma ciência normativa. Mas não deixava de receber influxos duma abordagem no plano óptico, quando pretendia reflectir uma realidade anterior a si própria e superior a meras convenções humanas. A heráldica, tal como era teorizada pelos autores quatrocentistas, apresentava essa ambiguidade.

5 – Conhecem-se mais de 40 escritos europeus que versam a armaria, elaborados na Europa até o séc. XVI. O seu elenco resulta da «preliminary list» organizada por Rodney Dennys<sup>9</sup>, e de indicações bibliográficas de Neubecker<sup>10</sup>. Mas acrescento elementos obtidos de Pastoureau<sup>11</sup>, de Dornelas<sup>12</sup>, do Marquês de la Floresta (Ceballos-Escalera)<sup>13</sup>, de Cascante<sup>14</sup>, de Galbreath<sup>15</sup> e de Woodcock<sup>16</sup>.

Porém, o que foi produzido em português sobre armaria, até o fim da dinastia de Avis é muito pouco.

Um *De ministerio armorum*, datado de 1416, cujo autor nasceu em Lamego e foi, provavelmente, o arauto Constantinopla que acompanhou uma embaixada do rei D. João I ao Imperador, a Constança. É porém mais um tratado de arautos e de geografia europeia do que um tratado de armaria<sup>17</sup>. Tendo sido dele dada notícia em 1968 por Abreu e Lima, foi traduzido e editado por Aires Augusto Nascimento em 1977<sup>18</sup>.

Um *Tratado de nobreza* do Rei de armas Portugal António Rodrigues, datável de 1536. Seguiu de perto o tratado castelhano de Gracia Dei e é tradução. Foi publicado por Afonso de Dornelas em 1931.

Um curto conjunto de princípios, sobretudo institucionais, de armaria portuguesa, escrito por um anónimo na *Miscelânea* heráldica contida no códice 259 da colecção Pombalina dos Reservados da Biblioteca Nacional. Parece ser quincentista, talvez de meados do século.

6 – O rei D. Afonso V lograra pela primeira vez introduzir no ordenamento jurídico português normas sobre heráldica, pela ordenança de 21 de Maio de 1476.

Era fresca a matéria, porque nas Ordenações Afonsinas, aprovadas possivelmente em 1447, em finais da regência do Infante D. Pedro<sup>19</sup>, ainda o conceito de “armas” era apenas físico e

<sup>9</sup> *The heraldic Imagination*, p. 212.

<sup>10</sup> *Le Grand Livre de l' Héraldique ...etc.*, p. 272.

<sup>11</sup> *Traité d' Héraldique*, p. 72.

<sup>12</sup> “O bacharel Antínio Rodrigues...” etc., pp. XIII a XV.

<sup>13</sup> *Heraldos y Reyes de Armas ...etc.*, pp. 90-92.

<sup>14</sup> *Heraldica General ...etc.*, pp. 82-83.

<sup>15</sup> *Lehrbuch der Heraldik*, p. 72.

<sup>16</sup> *The Oxford Guide to Heraldry*, p. 51.

<sup>17</sup> Não prova pois, por si, que a corporação dos reis de armas portugueses estivesse então já bem organizada.

<sup>18</sup> João Paulo de Abreu e Lima, *Armas de Portugal ...*, etc., p. 148.

<sup>19</sup> Mário Júlio de Almeida Costa, “Nota de apresentação” das *Ordenações Afonsinas*, livro I, p. 7.

não heráldico, regulando-se e restringindo-se o seu uso numa perspectiva militar de segurança interna<sup>20</sup>.

No entanto, como se viu, aquela iniciativa heráldica do rei Africano dificilmente pode ser atribuída ao facto de a Doutrina portuguesa haver por essa altura elaborado obras teorizantes da armaria.

O *De ministerium armorum* está longe de evidenciar um “caldo de cultura” capaz de gerar uma legislação tão actual como a referida ordenança afonsina.

E o português António Rodrigues, escreveu já no séc. XVI. De resto copiou praticamente todo o seu Tratado de autores castelhanos, principalmente Pedro de Gracia Dei.

Com toda a probabilidade, portanto, a base teórica da heráldica portuguesa, como D. Afonso V a quis começar a ordenar, eram tratados estrangeiros, nomeadamente castelhanos, de cuja existência o rei, ou os seus oficiais de armas, ou outros dignitários da corte, sabiam.

Mas entre 1447 e 1476, que tratados?

Provavelmente os de Rodríguez del Padron, de Diego de Valera<sup>21</sup> e do arauto Sicília, talvez Bartholo e algum dos autores britânicos.

Quem decerto não foi fonte daquela ordenança de D. Afonso V foram Pedro de Gracia Dei e Fernand Mexía. O *Blason General y Nobleza del Universo* foi publicado em 1889, e o *Nobiliario Vero* foi escrito entre 1471 e 1478, acabado de rever em 1485, e só publicado em 1496<sup>22</sup>.

8 – Tenho agora oportunidade de dar conhecimento da existência dum outro tratado de armaria escrito em português bastante antigo .

Não tem título. Acha-se inserto num códice manuscrito que há anos adquiri num livreiro de Lisboa e que basicamente servira para copiar o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (que ocupa 120 fólios rectos e os respectivos versos).

O códice tem 30cm x 21cm e compõe-se de 160 fólios encadernados em pergaminho.

Dos últimos 38 fólios (salvo do último), não numerados ao contrário do que sucede com os anteriores, consta um extenso escrito sem título, ocupando um total de 71 páginas. A marca do papel é da 2ª metade do séc. XVI. A letra é de fins do séc. XVI, aparentemente um pouco diferente da que serviu para cópia do nobiliário do Conde D. Pedro.

Começa o tratado no fólio 123 (não numerado) pela frase «Todo homem nobre e generoso, ou fidalgo, etc.».

À margem, no cimo, está lançada uma nota em letra diferente e posterior, do seguinte teor «V. Estevan de Garybay y Zamalhoa, cantabro da vila de Mondragon, da província de Guipuscoa no cõpendio historial lib 33 das insignias, e divisas. dos escudos das armas» .Se pretende ser uma identificação do autor, está errada tal nota, pois o *Compendio historial*, acabado por Garibay em 1566 e publicado em 1571<sup>23</sup>, manifestamente em nada foi fonte do referido escrito *Todo homem nobre e generoso, ou fidalgo*.

Consiste este escrito num tratado de heráldica e de nobreza. O autor segue de perto o *Nobiliario Vero* de Fernand Mexía, do qual plagia a quase totalidade do texto, embora com grandes modificações da ordem dos trechos e omitindo extensas partes, sobretudo da parte nobiliárquica e na pseudo-história nobiliárquica da antiguidade. Mas está escrito em português, quase sempre bem traduzido do castelhano.

<sup>20</sup> Livro 10, título 31º; as referências das Ordenações Afonsinas que importam à heráldica são escassas e limitam-se apenas a aspectos próximos, como é o caso de normas do livro 1º sobre cavalaria, no título 63º, ou vexilológicas militares, sobre o desfraldar das bandeiras dos fidalgos em guerra, no nº 22 do título 51º.

<sup>21</sup> Talvez mais o daquele do que o deste, se se tiverem presentes as suas divergências, como as expõe Rodríguez Velasco, ob. cit. p. 314.

<sup>22</sup> Manuel Sánchez Mariana, ob. cit., pp. 11-14.

<sup>23</sup> Como se vê da sua autobiografia e de Jesús Moya, “Introducción” à edição do *Discurso de mi vida*, pp. 11, 21 e 152.

A ortografia é moderna, posterior ao meio do séc. XVI. E o mesmo parece que se passa com o léxico usado para a tradução.

Todavia, quase não há hesitações nem emendas na redacção. O que inculca que não se trata de tradução em primeira mão. Ou foi copiado do tradutor por um escriba ou o escriba foi tradutor primeiro e depois passou a limpo.

É curioso no entanto que, nos escassos pontos em que acrescenta alguma coisa de próprio ao texto traduzido de Mexía, quase não há qualquer alusão a factos nem pessoas posteriores à época de Mexía.

Contudo noto o seguinte:

a) Quanto aos reis de Aragão e de Navarra, ao falar-se no título de “príncipe” dos primogénitos reais, se substituiu o presente “costumbran oy en navarra y aragon” pelo pretérito “custumavão em Aragão”. Isto poderá inculcar que o tradutor escrevia provavelmente depois de 1512, ano em que Fernando o Católico anexou a Navarra, ou pelo menos depois de 1479, ano em que os Reis Católicos se proclamaram reis de Castela e de Aragão.

b) Uma das poucas interpolações feitas pelo tradutor português é a inclusão da indicação de que o primeiro condestável em Portugal foi «dom Alvaro perez de crasto conde da Raiolos Reinante elRei dom João O primeiro deste nome». Conclui-se que, para o tradutor havia pelo menos outro rei português D. João, obviamente o II, que começou a reinar em 1481.

c) Outra das interpolações levou à inclusão, entre as famílias ilustres que usavam armas sem “corpos vivos”, dos Noronhas<sup>24</sup>, dos Castros e dos Coutinhos. Estas eram, já no reinado de D. Afonso V, casas da maior importância, como se vê em Baquero Moreno<sup>25</sup>.

d) Outra interpolação foi, a seguir à alusão ao «marquês de Ferrara», de «que agora he duque da mesma ferrara». Sucede que o Marquês de Ferrara foi feito primeiro Duque em 1471. Assim, ou a fonte que serviu ao tradutor português divergia, neste particular, do texto do *Nobiliario Vero* que foi publicado em 1496, incluindo já uma menção ao ducado da autoria de Fernand Mexía, ou outro castelhano, ou foi o tradutor português que, informado, acrescentou a referência ao acrescentamento a duque do Marquês de Ferrara. Mas se assim foi, o tradutor português escreveu certamente ainda no séc. XV, pois se o tivesse feito depois disso, ter-se-ia referido já no plural a “duques de Ferrara”, e não haveria de incluir a referência “agora”, que inculca proximidade no tempo.

9 – Este tratado escrito em português é o plágio, pela tradução, de grande parte do *Nobiliario Vero* de Fernand Mexía, e foi lançado ao códice onde o achei em fins do séc. XVI.

Mas, subsiste a dúvida:

terá a tradução sido então realizada, no final de quinhentos, por um qualquer curioso - o que levanta sérias objecções pois, à data, o *Nobiliario Vero* já fora publicado havia muito e existiam autores castelhanos e até portugueses mais recentes sobre a matéria, pelo que dificilmente o tradutor evitaria ter efectuado muitas interpolações de actualização do conteúdo do texto:

– ou será o manuscrito uma cópia de tradução anterior, hoje desaparecida, a qual tivesse sido efectuada por um português não identificado que escrevesse em fins do séc. XV, já no reinado de D. João II, ocupado em repensar a heráldica nacional à luz da doutrina então actualizada, por força do impulso de regulamentação dado por D. Afonso V?

Ainda me não é possível optar por uma ou outra das hipóteses.

<sup>24</sup> Quanto aos Noronhas não é verdade, em dois dos quartéis.

<sup>25</sup> Baquero Moreno, *La Noblesse* etc., p. 149.

**Bibliografia de obras impresas**

- Abrantes (D. Luís de Lencastre e Távora), Marquês de  
 – *Introdução ao Estudo da Heráldica*, Instituto de cultura e língua Portuguesa, Lisboa, 1992.
- Albuquerque, Martim de  
 – *Estudos de Cultura Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1º vol. 1984, 2º vol., 2000.
- Araluce Cuenca, José R.  
 – *El Libro de los Estados. Don Juan Manuel y la Sociedad de su Tiempo*, José Purrúa Turanzas, Madrid, 1976.
- Azevedo, Francisco de Simas Alves de  
 – *Uma Interpretação Histórico-Cultural do Livro do Armeiro-Mor*, Lisboa, 1966.
- Brault, Gerard J .  
 – *Early blazon*, 2ª edição, Boydell Press, Woodbridge, 1997.
- Calafate, Pedro  
 – *História da Filosofia*, Editora Caminho
- Cartagena, Alonso de  
 – *Doctrinal de los caballeros*, Universidade de Santiago de Compostela, 1995.
- Cascante, Ignacio Vicente  
 – *Heraldica General y Fuentes de las Armas de Espana*, Salvat, Barcelona, 1956.
- Cavallar, Osvaldo / Degenring, Susanne / Kirshner, Julius  
 – *A Grammar of Signs Bartolo da Sassoferrato's Tract in Insignia and Coats of Arms*, University of California at Berkeley , 1994
- Cidade, Hernâni  
 – *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 1º vol., 7ª edição. Coimbra Editora, 1984.
- Coopland, G. W.  
 – *The tree of battles of Honoré Bonet*, Liverpool University Press, 1949.
- Costa, Mário Júlio de Almeida  
 – *História do Direito Português*, Almedina, Coimbra, 1989.
- Dean, Ruth J ,  
 – " An early treatise on heraldry in Anglo-Nonnan", in ed. U. T. Holmes, *Romance studies in memory of Edward Billings Ham*, California State College Publications, 2, 1967.
- Dei, Pedro de Gracia  
 – *Blasón general y nobleza del Universo*, Coria, 1489.
- Dennys, Rodney  
 – *The heraldic imagination*, New York, 1976.
- Dornelas, Afonso de  
 – "O bacharel António Rodrigues, Principal Rei de Armas Portugal", introdução ao *Tratado Geral de Nobreza*, Porto, 1931.
- Floresta (Alfonso de Ceballos-Escalera y Gila), Marqués de la  
 – *Heraldos y reyes de armas en la corte de Espana*, Madrid, 1993.
- Fraile, Guillermo  
 – *Historia de la Filosofia*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 4ª edição por Teofilo Urdanoz, 1986, vol. II, 2 partes.
- Galbraith, Donald L. / Jéquier, Léon  
 – *Lehrbuch der Heraldick*. tradução alemã, Battenberg Verlag, Miinchen, 1978.
- Gevaert, Émile  
 – *L' Héraldique, son esprit, son langage et ses applications*, Bulerin des Métiers d' Art, Paris, 1923.
- Gómez Redondo, Fernando  
 – *Historia de la Prosa Medieval Castellana*, 2 volumes, Madrid, 1998.
- Jones, E. J.  
 – *Medieval Heraldry. Some Fourteenth Century Heraldic Works*, Cardiff, 1943.

- Keen, Maurice  
– *Chivalry*, Yale University Press. 1984.
- Krus, Luís  
– *A concepção nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994
- Lima, João Paulo de Abreu e  
– *Armas de Portugal, Origem, evolução, significado*, Inapa, Lisboa, 1998.
- Llull, Raimundo  
– *Livro da Ordem da Cavalaria*, tradução portuguesa, Assírio e Alvim, Lisboa, 1992.
- Machado, Diogo Barbosa  
– *Bibliotheca Lusitana*, edição da Coimbra Editora, 4 volumes, 1965.
- Mandosio, Jean-Marc  
– “L ‘alchimie dans les classifications des artes et des sciences”, in Jean-Claude Marcolin e Sylvain Matton, *Alchimie et Philosophie à la Renaissance*, Vrin, Paris, 1993.
- Mexía, Ferrán  
– *Nobiliario vero*, ed. Ministerio de Educación y Cultura, Madrid, 1974.
- Moreno, Humberto Baquero  
– “La Noblesse Portugaise pendant le Regne d’ Alphonse V” , in *La Noblesse dans l’Europe Méridionale du Moyen-Âge*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1989.
- Moya, Jesús  
– “Introducción” à edição do *Discurso de mi vida*, de Esteban de Garibay y Zamalloa, Bilbao, 1999
- Nascimento, Aires Augusto  
– *Livro de Arautos*, Lisboa, 1977.
- Neubecker, Otfried  
– *Le Grand Livre de l’ Héraldique*, adaptação francesa, Bordas, Bruzelles, 1981-  
*Ordenações Afonsinas*, edição fac-similada pela Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, livro I.
- Palencia, Alfonso  
– *De Perfectione Militaris Triumpho. La perfección del Triunfo*, Universidad de Salamanca, 1996
- Pastoureau, Michel  
– *Traité d’ Héraldique*, 2ª edição, Paris, 1993 .
- Penna, Mario ( ed. )  
– *Prosistas castellanos del Siglo XV*, Biblioteca de Autores Espafioles, vol. 1, Madrid, 1959.
- Pizan, Christine de  
– *Le Livre des Faits et Bonnes Moeurs du roi Charles V le Sage*, Stock, Paris, 1997.
- Rodrigues, António  
– *Tratado Geral da Nobreza*, ed. Afonso de Dornelas, Porto, 1931.
- Rodríguez Velasco, Jesús D.  
– *El debate sobre la caballería en el siglo XV*, Salamanca, 1996.
- Rubio, P. Fernando (ed.)  
– *Prosistas Castellanos del Siglo XV*; Biblioteca de Autores Espafioles, vol. 2.
- Sampayo, António de Villasboas e  
– *Nobiliarchia portugueza*, nova edição, Lisboa, 1727.
- São Payo (D. António), Conde de  
– *Do Direito Heraldico Português*, Lisboa, 1927.
- Saraiva. António José  
– *História da Cultura em Portugal*, Jornal do Fôro, Lisboa, 1950, vol. I.  
– *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Gradiva. Lisboa, 1990.
- Silva, Nuno Espinosa Gomes da  
*História do Direito Português*, vo1. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1985.
- Soares (Carcavelos), Eduardo Campos de Castro de Azevedo

- *Bibliografia Nobiliarchica Portuguesa*, 5 vols. 19 –19.
- Vale, Malcom
- *War and chivalry*, Duckworth, 1981.
- Valera, Diego de
- “Tratado de las armas”, in ed. M. Penna, *Prosistas castellanos del siglo XV*, tomo I, Madrid, 1959
- Velho, António José Vaz
- *Tesouro heráldico de Portugal*, 4 vols., ed. do Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, Lisboa, 1958-1963
- Vera, Álvaro Ferreira de
- *Origem da nobreza politica, blasam de armas appellidos, cargos, e titulos nobres, nova edição*, Lisboa, 1791.
- Viterbo, Francisco de Sousa
- “A cultura intellectua1 de D. Afonso V” , in *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904
- Wagner, Anthony
- *Heralds of England*, 2ª impressão, Her Majesty’s Sttionery Office, London, 1970.
- Woodcock, Thomas / Robinson, John Martin
- *The Oxford Guide to Heraldry*, Oxford University Press, 1990.